

Aos

Exmo. Sr. Carlos Eduardo Ferreira Pinto

Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais - CAOMA (Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente)

Exmo. Sr. Lucas Marques Trindade -

Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais – Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba

Exma. Sr.^a Giselle Ribeiro de Oliveira,

Promotora de Justiça – Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais

*As entidades e movimentos ambientais e demais interessados abaixo subscritos vêm, respeitosamente, por meio da presente **REPRESENTAÇÃO**, em caráter de urgência, com fulcro especialmente no art. 225 da Constituição da República, relatar os fatos a seguir e, considerando a ameaça ambiental em razão do projeto de elaboração de um RODOANEL na região metropolitana, **REQUERER** a atuação do Ministério Público pelos motivos abaixo expostos:*

Como amplamente divulgado na mídia, o Governo de Minas Gerais pretende construir um Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dando sequência às tratativas da referida obra, o governo publicou o Decreto 441 de 15 de outubro de 2020, que declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão, terrenos necessários à construção do referido rodoanel.

O decreto traz em seu anexo a descrição perimétrica de terrenos necessários para a viabilização da obra. Os traçados apresentados importam em relevante impacto em regiões de alta vulnerabilidade ambiental, principalmente no Parque Estadual Serra do Rola Moça e na unidade de conservação de proteção integral Monumento Natural da Serra da Calçada.

Primeiramente, gostaríamos de expor nosso questionamento e contrariedade iniciais sobre a razoabilidade de se aplicar recursos de compensação ambiental em empreendimentos geradores de impactos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Como também amplamente divulgado, uma parcela de recurso para a efetivação da construção do Rodoanel adviria de recursos do acordo entre Vale e Governo de Minas, da compensação ambiental pelo rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho. Não nos parece razoável e legítima essa dinâmica, que resta questionável e inautêntica diante do fato que gerou a compensação ambiental.

De acordo com reportagem do jornal O Tempo de 13/01/2020, disponibilizada em <https://www.otempo.com.br/politica/governo-reserva-terrenos-para-o-rodoanel-de-bh-e-edital-fica-pronto-neste-mes-1.2434662>, o edital de licitação do Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte deve ser levado à consulta pública, provavelmente, no início de fevereiro.¹ A evolução do projeto do Rodoanel, elaborada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, está apresentada no ANEXO 1.

A partir disso, procuramos então nos informar sobre os as alternativas locais previstas no projeto do Rodoanel e nos surpreendemos com os impactos decorrentes dessas alternativas, que acarretarão destruição de patrimônios históricos, sítios arqueológicos e nascentes, supressão de vegetação, perda de biodiversidade, obstáculos à atividade turística, dentre outros.

A título de exemplo, apresentamos duas das alternativas locais constantes do projeto disponibilizadas em <https://images.app.goo.gl/fuxUgYLMMTcudnvq6>, com acesso em 01 de fevereiro de 2021, nas quais indicamos locais que serão destruídos ou extremamente afetados caso elas sejam a opção escolhida.



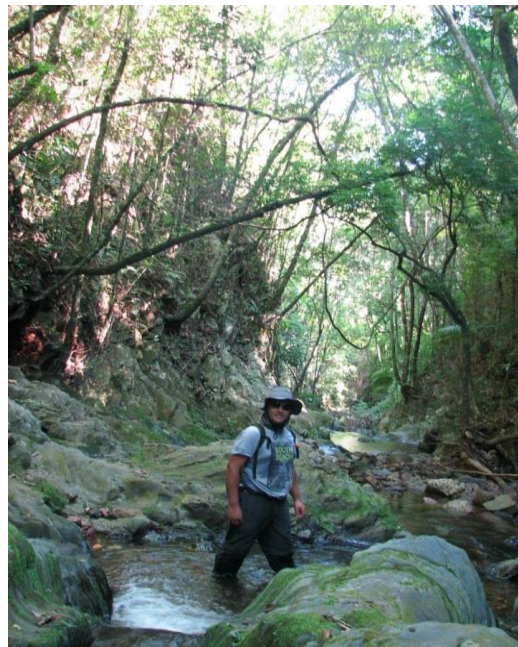
¹ Diversas outras reportagens apresentaram, detalharam e/ou analisaram o Rodoanel Metropolitano: <http://blog.leia.org.br/brumadinho-2-anos-reparacaocompensacao-bilionaria-pode-financiar-rodoanel-repleto-de-outros-absurdos-ambientais/>, com acesso em 01 de fevereiro de 2012; <https://www.otempo.com.br/economia/fontes-do-governo-de-minas-comemoram-acordo-de-r-37-bilhoes-com-a-vale-1.2442165>, com acesso em 01 de fevereiro de 2012; <https://www.otempo.com.br/politica/governo-reserva-terrenos-para-o-rodoanel-de-bh-e-edital-fica-pronto-neste-mes-1.2434662>, com acesso em 01 de fevereiro de 2012; dentre outras.



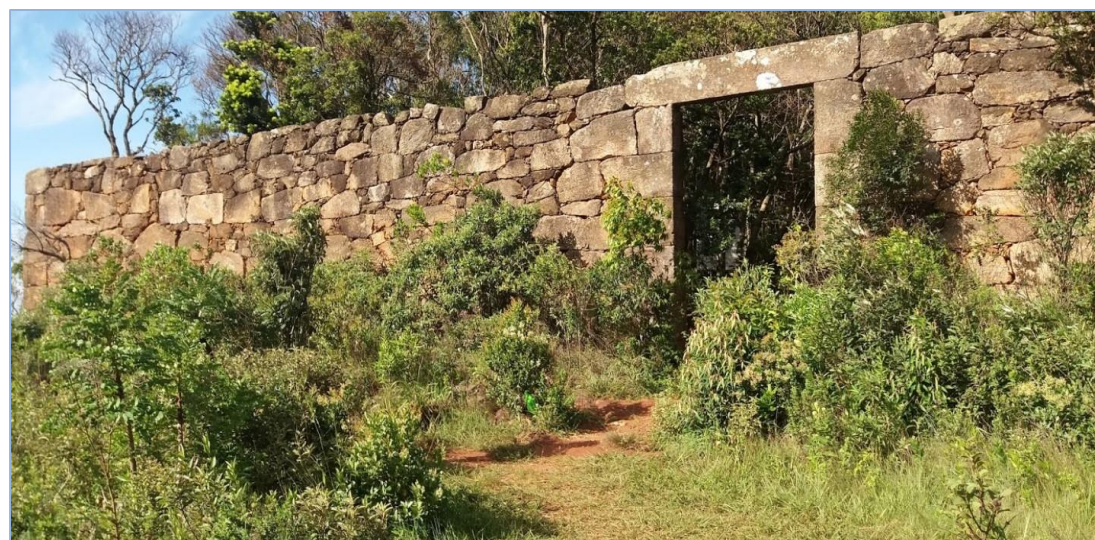
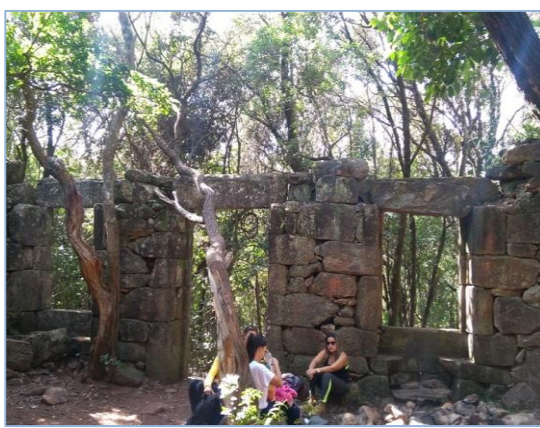


As imagens a seguir evidenciam a beleza e a importância da preservação desses locais.

Poço Encantado



Forte de Brumadinho



Estrada da Serra da Calçada (Séc. XVIII)



De acordo com informações disponíveis, a estrada que vinha de São Paulo e oeste de Minas, pelo Vale do Paraopeba, até Ouro Preto (caminho de Bandeirantes), passa dentro de Piedade do Paraopeba, segue pelo Morro Vermelho, Tutaméia e sobe a serra aqui, um pouco ao sul do Forte de Brumadinho, com trechos calçados.

Trilha para o Forte de Brumadinho



Como o potencial de causar dano sobre os recursos naturais, depende do tipo da obra, mister se faz um estudo de alternativas locais com o objetivo de diminuir os impactos no meio ambiente. No caso de empreendimentos lineares, como é o caso de rodovias, a discussão de alternativas locais é indispensável para a seleção do melhor traçado. Ademais, a resolução do CONAMA 01/86 é clara ao apontar a necessidade de se descrever o projeto com suas alternativas tecnológicas e locais, no bojo do licenciamento ambiental.

Cabe ressaltar que existem alternativas muito menos impactantes, como, por exemplo, uma que passasse margeando a Serra do Rola Moça pelo norte e chegasse ao bairro Olhos d'Água.

Para além de nossos interesses e desejos, também entendemos como nosso dever e direito participarmos, como representantes da sociedade civil, das discussões sobre o traçado do Rodoanel. Para que essa participação ocorra de forma efetiva, é necessária a suspensão de audiência pública para consulta pública, caso ela já esteja agendada, e a marcação de uma reunião para discussão do projeto com a sociedade civil, planejada de forma a permitir que os presentes exponham e debatam suas opiniões. A realização de uma consulta pública, sem que antes aconteça esta reunião, legitimaria a participação da sociedade civil sem que, de fato, ela tenha acontecido. Isso porque os tempos de fala em audiências públicas são extremamente exíguos e não permitem a apresentação de documentos, o debate, a realização de estudos complementares sobre alternativas, etc. É imperioso que se discuta, com a sociedade civil, alternativas locais para o referido empreendimento.

Diante do sucinto exposto e considerando que o Ministério Público, de acordo com o artigo 127 da Constituição da República, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, os subscritos requerem que:

- 1) O *parquet* acate a presente Representação visando garantir o direito amplo a outras formas de efetiva participação social opinativa, técnica e decisória no âmbito das discussões do Rodoanel - além das audiências públicas, especialmente nas relativas às alternativas locais de traçados, recomendando a supressão de procedimentos já previstos pelo Estado até que sejam disponibilizados, em tempo hábil para análise criteriosa, todos os materiais relativos ao projeto (incluindo-se croquis, estudos de impacto ambiental, social, estudos geotécnicos, sondagens, marcações georreferenciadas, dentre outros).
- 2) Seja feito um levantamento e manifestação sobre eventuais ilegalidades e ameaças ao meio ambiente em consequência da obra do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte conforme traçados já apresentados pelo Governo de Minas Gerais.

- 3) Proceda-se, **em caráter de urgência**, às providências cabíveis a fim de se preservar e proteger o Parque Estadual Serra do Rola Moça, a Serra da Calçada, bem como as demais áreas de proteção ambiental e de vulnerabilidade e importância ambiental.
- 4) Seja elaborada uma recomendação conjunta com as promotorias envolvidas (Belo Horizonte, Brumadinho, Ibirité/Sarzedo e demais municípios envolvidos).
- 5) Proceda-se a uma **atuação concorrente e desenvolva-se ações conjuntas com as Promotorias relacionadas** no sentido de assegurar a efetiva proteção ambiental.
- 6) Seja criada uma comissão técnica para discussão e acompanhamento conjunto do projeto do Rodoanel.
- 7) Garanta-se que a destinação da verba do acordo com a Vale seja discutida e aprovada pelos atingidos e que, por coerência, nenhuma parte dela seja utilizada em projeto de grande impacto ambiental.

Certos do rápido e efetivo atendimento à presente requisição, colocamo-nos à disposição desse Ministério Público para colaborar no que estiver ao nosso alcance, sempre visando o bem da coletividade e do meio ambiente.

Entidades e movimentos:

- Associação dos Proprietários e Moradores do Bairro Jardim Casa Branca
- Comitê Popular da Zona Rural de Brumadinho - Piedade do Paraopeba
- Fórum Permanente São Francisco
- Lobos da Serra - eco trilhas
- Movimento Verde de Paracatu - MOVER
- Projeto Manuelzão
- Promutuca
- Rola Moça Resiste
- Serra Sempre Viva-Ibirité

Pessoas engajadas nas causas ambientais:

- Ana Cristina Kolb – CI: M-4.010.521
- Anderson Mourão – CI: M.1 558802 SSP MG

-Andréa Gomes Carneiro – CI: M2 877259
-Beatriz Cordeiro Lopes – CI: MG-15.032.924
-Carlos Henrique Corrêa Senna – CI: MG 2 303.280
-Cleverson Ulisses Vidigal – CI: M 937.688 SSP-MG
-Cristiana de Mello Castro Giroletti – CI: M6-284.335
-Danuza Pereira Mantuano – CI: MG 5568-221
-Décio Rodrigues – CI: M 3.343.962
-Edson Rodrigues Oliveira – CI: M-159.838
-Elaine Fonseca Ribeiro – CI: M 384.283
-Eliane Grazielle Estevão – CI: 13.784 883
-Eluza Duarte Leite – CI: MG 388163
-Euler de Carvalho Cruz – CI: M-199.998
-Fernanda Perdigão de Oliveira – CI: MG 11.839.959
-Fernando Felicíssimo Mascarenhas - CI: M- 418 801
-Flavio Torre – CI: M- 4.378.567
-Helena Maria da Silva – CI: MG-4.888.522
-Hélio Pedrosa de Resende-CI: MG 1. 362.483
-Isabela Cordeiro Lopes – CI: MG 15.032.936
-Joao R. de Las Casas – CI: 11112257
-José Almir Linhares Borges - CI:M 800.177
-Julio Grillo - CREA 15-133
-Leandro Valadão Lopes – CI: MG 1.031.568
-Leonardo Antunes Cunha – CI: M3.511.291
-Letícia Camarano Minas – CI: MG 10.157.984
-Lisette Lobato Mendonca – CI: M 1065679
-Luciana Tonelli – CI: MG 2.974.038
-Luzia de Carvalho Cruz- CI: M.2.509.934
-Márcia Menegale – CI: M/2.109.945
-Marcus Vinicius Polignano – CI: M 705 677
-Margaret Nunes Coelho – CI: M 539 258
-Maria Clara Paiva Izidoro – CI: M3.331.606
-Maria da Glória Cardoso de Campos – CI: MG-1.466.228
-Maria de Lourdes da Silveira – CI: 7660048-8 SSP/SP
-Maria Inês Teixeira Cordeiro – CI: MG 608.131
-Marilene Ramalho dos Santos – CI: MG 12.059.280
-Miriam Beatriz Santos Menezes _ CI: M-2090738
-Natália Maria Barbosa de Assis – CI: M-2148430.

- Paulo de Tarso Ferreira – CI: M 750.053
- Romilda Gomes Aguiar – CI: M3 229686
- Rosane Mary Silva Abreu – CI: MG 3 227 434
- Sarah Grossi Fonseca – CI: MG -17696945
- Silvéria Rodrigues Ferreira – CI: MG 197 148
- Simone de Pádua Thomaz – CI: MG365444
- Soraya B. Mendes de Oliveira – CI: MG 3.777.413
- Valéria Miranda Tolentino Lima – CI: MG- 4.008.848
- Vera Baumfeld – CI: M-1.432.884
- Wellerson Fonseca Ribeiro – CI: M 763.968 SSPMG
- Wladimir Moreira Santos – CI: MG 1313784

Belo Horizonte, 4 de fevereiro de 2021